

**PET no ARE no RE no AgInt nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.054.083 - SP (2017/0027751-8)**

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
REQUERENTE : ASSOCIACAO BRASILEIRA DE FRANCHISING
ADVOGADOS : RODRIGO DE ASSIS TORRES - RJ121429
MARCOS VELASCO FIGUEIREDO - DF022224
ADRIANA VELA GONZALES - SP287361
GABRIELA JUNQUEIRA DOS SANTOS E OUTRO(S) -
SP319132
JOAO CARLOS SIQUEIRA RIBEIRO FILHO - DF054233
REQUERIDO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de petição ajuizada por ASSOCIACAO BRASILEIRA DE FRANCHISING, de fls. 867/868, pela qual a parte agravante apresenta a sua contrariedade ao julgamento virtual do agravo em recurso extraordinário, por ela interposto às fls. 847/858, com previsão de início no dia 20.2.2019 e término em 26.2.2019.

Alega, em suma, que o citado agravo deve ser remetido ao Supremo Tribunal Federal, nos termos do artigo 1.042, § 4.º, do Código de Processo Civil.

Pleiteia, ao final, a retirada do feito da pauta virtual.

É o relatório.

Decido.

A sessão virtual de julgamento encontra-se devidamente regulamentada no Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nos termos dos artigos 184-A a 184-H, incluídos pela Emenda Regimental n. 27 de 2016, e a oposição das partes ao julgamento virtual tem expressa previsão no art. 184-D, inciso II, do Regimento Interno desta Corte Superior. Eis o disposto nos arts. 184-A e 184-D do citado regramento, *verbis*:

TÍTULO III-A

DO JULGAMENTO VIRTUAL

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 184-A. Ficam criados Órgãos Julgadores virtuais, correspondentes à Corte Especial, às Seções e às Turmas do Superior Tribunal de Justiça, com finalidade de julgamento eletrônico de recursos, excetuados os de natureza criminal.

Parágrafo único. Os seguintes recursos podem ser submetidos ao julgamento virtual:

I- Embargos de Declaração;

II- Agravo Interno;

III- Agravo Regimental.

(...)

Art. 184-D. O relator no julgamento virtual incluirá os dados do processo na plataforma eletrônica do STJ com a indicação do Órgão

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Julgador, acompanhados do relatório e do voto do processo.

Parágrafo único. A pauta será publicada no Diário da Justiça eletrônico cinco dias úteis antes do início da sessão de julgamento virtual, prazo no qual:

I - é facultado aos integrantes do Órgão Julgador expressar a não concordância com o julgamento virtual;

II - as partes, por meio de advogado devidamente constituído, bem como o Ministério Público e os defensores públicos poderão apresentar memoriais e, de forma fundamentada, manifestar oposição ao julgamento virtual ou solicitar sustentação oral, observado o disposto no art. 159.

De se notar que inexistente previsão regimental para o julgamento do agravo em recurso extraordinário por meio de sessão virtual.

Mencione-se, ademais, que não há qualquer prejuízo ao andamento do processo, notadamente porque apresentado o pedido no prazo assinalado pelo Regimento Interno deste Tribunal.

Ante o exposto, **defiro** o pedido de retirada de pauta da sessão virtual de julgamento, **com a determinação de imediata inclusão do feito na pauta de julgamentos presenciais da Corte Especial.**

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

Ministra Maria Thereza de Assis Moura
Vice-Presidente